

A UCM na busca do cuidado da casa comum: Avaliação da sustentabilidade no currículo universitário

UCM in search for caring for our common home: assessing sustainability in university curricula

Ali Atumane

Universidade Católica de
Moçambique

Anna Fontana

Universidade Católica de
Moçambique

Maria Barbito

Universidade Católica de
Moçambique

Roberto Mendes

Universidade Católica de
Moçambique

Geraldo Vunguire

Universidade Católica de
Moçambique

RESUMO

As Instituições de Ensino Superior têm um papel importante a desempenhar na formação académica e mudança de comportamento. Daí, a presente pesquisa ir ao encontro da busca do cuidado da casa comum, referida pelo Papa Francisco, numa economia mais humana, na Encíclica Laudato Si'. Teve como objectivo examinar os conteúdos programáticos das disciplinas do curso de Licenciatura em Economia e Gestão da Faculdade de Economia e Gestão, seguindo os Métodos STAUNCH como critério de avaliação do desenvolvimento sustentável, considerando quatro categorias: economia, ambiente, sociedade e temas transversais, na busca do cuidado da casa comum. A pergunta central é: Até que ponto os conteúdos programáticos das disciplinas do referido curso vão ao encontro dos critérios de avaliação do desenvolvimento sustentável, seguindo os critérios de avaliação nos Métodos de STAUNCH? Usou-se como metodologia de pesquisa a análise dos conteúdos do curso com base nos Métodos STAUNCH como contribuição curricular para o referido critério de avaliação. Aplicou-se para análise de dados o programa SPSS. Conclui-se que a maior parte das disciplinas do curso carece de uma maior atenção em relação aos pilares ambientais, económicos e sociais, considerando-os fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Recomenda-se uma revisão curricular que responda às exigências ambientais e sociais, uma economia mais humana.

Palavras-chave: Conteúdos programáticos, Métodos de STAUNCH, Desenvolvimento Sustentável e Laudato Si'.

Abstract

Higher Education Institutions have an important role to play in academic training and behaviour change. Hence, this research concerns around the care of the common home, for a more humane economy, as referred to by Pope Francis, in the Encyclical Laudato Si'. The objective was to examine the programmatic contents of the disciplines of the course of Economics and Management at the Faculty of Economics and Management, following the STAUNCH Methods as a criterion for assessing sustainable development, considering four categories: economy, environment, social and cross-cutting themes, in search of the care of the common home. The central question is: To what extent do the programmatic contents of the disciplines of this course meet the criteria for assessing sustainable development, following the assessment criteria of the STAUNCH Methods? The research methodology was the analysis of the curricula contribution to sustainable development assessment criteria, based on the STAUNCH Methods. The SPSS program was applied for data analysis. It is concluded that most of the disciplines of the course lack greater attention in relation to environmental, economic and social pillars, considering them fundamental for sustainable development. It is recommended a curriculum review that helps pave the way for a more humane economy.

Keywords: Programmatic contents, STAUNCH Methods, Sustainable Development and Laudato Si'.



Rua: Comandante Gaivão nº 688

C.P.: 821

Website: <http://www.ucm.ac.mz/cms/>

Revista: <http://www.reid.ucm.ac.mz>

Email: reid@ucm.ac.mz

Tel.: (+258) 23 324 809

Fax: (+258) 23 324 858

Beira, Moçambique

1. Introdução

Após a publicação da *Laudato Si'*, em 2015, os Reitores da maior parte das instituições Católicas de Ensino Superior assinaram uma carta intitulada *Laudato Si': On the Care of Our Common home, Statement of Leaders in Catholic Higher Education Globally*. Na referida carta, eles comprometeram-se a estudar, agir e promover os ideais e as visões relacionadas com a ecologia, mormente ao "cuidado da casa comum", ao desenvolvimento humano integral, à preocupação com os pobres e à promoção do bem comum. Eles comprometeram-se também a formar cidadãos ecologicamente sensíveis, capazes de promover um diálogo aberto e honesto tanto com a sociedade como com o meio ambiente.

Dando continuidade às ideias dos Reitores Católicos e à Encíclica do *Laudato Si'*, precisa-se de transformar o modelo de desenvolvimento global, para que apareçam novos modelos de progresso. Isto implica reflectir responsabilmente “sobre o sentido da economia e dos seus objectivos, para corrigir as suas disfunções e deturpações” (LS, nº 194). Uma destas formas é a degradação dos recursos da terra em que se verifica que a economia só está preocupada em explorar, obtendo mais dinheiro sem se preocupar em repor o que foi tirado da terra. Esta forma de retirar excessivamente, sem controlo do que a terra nos dá cria um desequilíbrio no próprio ecossistema das espécies existentes na terra. Portanto a “nossa casa comum” deixa de ser respeitada devido aos interesses económicos.

A agressão da terra feita pelo explorador económico acaba afectando a sociedade, provocando mudanças climáticas, qualidade e quantidade de água potável indispensável para o sustento da vida, passando a haver secas que dificulta a produção de alimentos. A situação afecta também Moçambique, um país pobre, com elevado risco de ciclones.

Através da maximização do lucro, que tende a isolar-se de todas as outras considerações, há uma distorção conceptual da economia, onde o mais importante é aumentar a produção, deixando de haver a preocupação nos recursos futuros ou na saúde do meio ambiente.

A verdade é que a UCM se preocupa na transformação do homem moderno, que deve ser educado para o recto uso do poder, para que o imenso crescimento tecnológico seja acompanhado por um desenvolvimento do ser humano quanto à responsabilidade, aos valores e à consciência. O Papa Francisco afirma que o ser humano “carece de uma ética sólida, uma cultura e uma espiritualidade que lhe ponham realmente um limite e o contenham dentro dum lúcido domínio de si” (LS, 105).

2. Contextualização Teórica

2.1. O cuidado da casa comum a partir da encíclica Laudato Si

A Igreja Católica tem demonstrado o seu apreço à temática ambiental, cuja reflexão tem o seu ápice na encíclica Laudato Si' (LS), publicada em 2015, completamente destinada às questões ambientais. O documento assinado pelo Papa Francisco proporciona uma visão da realidade relacional, transversal e holística.

Nos últimos anos, a teia que sustenta a vida de todos os seres vivos (Capra, 1996), tornou-se frágil e em perigo com a consequente degradação do ser humano. Portanto, a Igreja, preocupada com esta alarmante situação e lembrando o desígnio de Deus que reconhece a beleza e bondade da criação (cfr. Gen 1-2), questiona o paradigma existente e oferece uma perspectiva de ecologia integral, que aponta para a responsabilidade humana, que cuida e guarda as coisas criadas (Pereira, 2019).

O termo integral ilustra que a crise existencial abrange múltiplas crises que estão, intimamente, entrelaçadas. “Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise sócio-ambiental” (LS, nº 139). A intrínseca conexão entre a pobreza e a crise ecológica são duas faces da mesma medalha. Por este motivo é necessária uma colaboração integral para combater a pobreza, dar novamente dignidade aos excluídos e, contemporaneamente, salvaguardar a natureza.

A agressão socio-ambiental é evidenciada por sete temáticas (Barbosa, 2020), nomeadamente: a) a poluição e mudanças climáticas que afectam a todos e produzem efeitos catastróficos (LS, nº 20); b) a questão da água, indispensável para sustentar a vida, “especialmente na África, onde grandes sectores da população não têm acesso a água potável segura, ou sofrem secas que tornam difícil a produção de alimento” (LS, nº 28); c) a perda de biodiversidade que leva ao desaparecimento de “milhares de espécies vegetais e animais, que já não poderemos conhecer, que os nossos filhos não poderão ver” (LS, nº 33); d) a deterioração da qualidade de vida humana e degradação social que se têm intensificado na sociedade consumista do “usa e deita”, criando uma dicotomia entre a dimensão técnica e a dimensão ética, a detrimento de uma ecologia humana (LS, nº 8); e) a desigualdade planetária torna-se cada vez mais dramática e afecta particularmente a parte da sociedade mais vulnerável: os pobres (LS, nº 48); f) a fraqueza das reacções perante a catástrofe do degrado sócio ambiental que tem provocado o mal tratamento e ferimento da “nossa casa comum” devido a interesses particulares e económicos (LS, nº 56) e g) a diversidade de opiniões que abrange um leque de perspectivas.

Com um olhar amplo, lendo a encíclica Laudato Si', compreende-se que tudo está interligado: os seres humanos, a natureza, o meio ambiente, a criação e a sociedade. Consequentemente, eis a grande afirmação de que a ecologia humana e a ecologia ambiental caminham juntas. Portanto, deve-se

adoptar valores éticos e morais, que respeitem e cuidem pela conservação do mundo natural. Mudar a mentalidade, o estilo de vida e o comportamento humano torna-se a solução para evitar a degradação ambiental em curso e criar um novo relacionamento entre as pessoas e a natureza (Dos Santos, 2016).

À luz da encíclica *Laudato Si'*, o teólogo Kureethadam (2019) resume “dez mandamentos verdes” que permitem cuidar da vida humana e da “casa comum”. Os referidos mandamentos que espelham os três verbos fundamentais da Doutrina Social da Igreja: ver, julgar e agir são, nomeadamente: 1) cuidar da Terra, nossa casa comum, que está em perigo; 2) escutar o grito dos pobres que são as vítimas proporcionadas da crise da nossa casa comum; 3) redescobrir uma visão teológica do mundo, cujo degrado ecológico é sintomático numa crise profundamente espiritual; 4) admitir que o abuso sobre a criação é um pecado ecológico; 5) reconhecer as raízes humanas mais profundas da crise da nossa casa comum; 6) desenvolver uma ecologia integral, reconhecendo que somos todos inter-relacionados e interdependentes; 7) morar numa nova forma na casa comum e geri-la num modo mais responsável através de uma nova economia e cultura política; 8) educar à cidadania ecológica através de uma mudança de estilos de vida; 9) abraçar uma espiritualidade ecológica que alcance uma comunhão com todas as criaturas de Deus; e 10) cultivar as virtudes ecológicas do louvor, gratidão, cura, justiça, trabalho, sobriedade e humildade.

2.2. Gestão Ambiental nas IESs

O desenvolvimento da consciência ecológica em diferentes camadas e sectores da sociedade, acaba por envolver também o sector da educação, mais especificamente as Instituições de Ensino Superiores (Tauchen & Brandli, 2006). A preocupação da integração da sustentabilidade ambiental na universidade remota a década 1970. Desde a declaração de Estocolmo sobre ambiente humano em 1972 (ONU, 1972), o movimento nacional e internacional de declarações de sustentabilidade relevante ao ensino superior, foi ganhando espaço (Wright, 2002). Esta declaração inicial foi seguida por tantas outras como: Tbilisi (ONU, 1977); presidentes das universidades para o futuro da sustentabilidade (Association of University Leader for a Sustainable Future, 1990); Halifax (International Association of Universities, 1991), relatório da Conferência da ONU em ambiente e desenvolvimento, capítulo de promoção da educação e consciência pública e treinamento (1992); Conferência internacional do ambiente e sociedade – educação e consciência pública para a sustentabilidade (1997); entre outras.

As IES têm-se dedicado, por muito tempo, à educação ambiental. Este processo tem sido permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem

conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação, que os tornam aptos a agir e resolver problemas ambientais presentes e futuros (MICOA, 2009). Esta educação ambiental desempenha um papel fundamental na criação e elevação da sensibilidade dos cidadãos, para o seu crescente envolvimento na procura de soluções para os problemas ambientais - resolução nº 5/95 Política Nacional do Ambiente (Tauchen & Brandli, 2006). Porém, a contribuição das IES, através de programas ambientais educativos, por si só, não são eficientes, sendo necessário, adotar medidas proactivas dentro dos sectores existentes, através da redução de gastos por bens e serviços (água, energia, papel...), reciclagem e separação de lixo, entre outras, o que leva à eficácia de programas de educação ambiental (Scheidegger & Calenzani, 2019).

Esta necessidade de clareza na implementação das questões ambientais nas IES, levou ao lançamento da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) pela World Commission on Environment and Development (WCED) em 1987, que foi aprimorada na conferência do Rio em 1992 e Johannesburg em 2002 (Jickling & Wals, 2008). Ao longo do período, foram empreendidos vários esforços para transformar a educação ambiental em educação para o desenvolvimento sustentável, numa abordagem mais ampla, que se assenta nos pilares da sustentabilidade ambiental, social e económica, e não apenas baseada nas ciências ambientais (Campello & Silveira, 2016). Estes esforços culminaram com a resolução 57/254 da ONU em 2002 que declarou a década da educação para o desenvolvimento sustentável (EDS), com início em 2005 (Jickling & Wals, 2008). Nesta década, foram desenvolvidas nas IES várias políticas e acções em prol do desenvolvimento sustentável, com foco nas operações físicas verdes (greening physical operations) e na educação sustentável (Jickling & Wals, 2008). Este foi o resultado de reconhecimento de que as declarações nacionais e internacionais de sustentabilidade não são suficientes, sendo necessário uma micro-abordagem para a sustentabilidade nas IES, através da criação de políticas de sustentabilidade ambiental.

2.3. A sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior (IESs)

O desenvolvimento nas sociedades sempre teve um cunho económico. No entanto, a consideração ambiental e social no desenvolvimento vem, cada vez mais, tomando lugar nas últimas décadas, exaltando assim a sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável, não só deve ser de dimensão económica, mas também apropriado em relação à ecologia e ao desenvolvimento cultural ou social (Gadotti, 1999). Esta abordagem visa melhorar a preservação do meio ambiente assim como melhorar a qualidade de vida das pessoas de modo a garantir um futuro melhor para as próximas gerações. Este rumo, permitiu que as discussões sobre as questões ambientais ganhassem visibilidade e despertassem

preocupações em várias áreas do conhecimento (Pacheco, Kwanishi, & Do Nascimento, 2019), para garantir estabilidade a longo prazo da economia, maior justiça social e o cuidado do meio ambiente.

Moçambique encontra-se entre as mais de 190 nações que adoptaram, em Setembro de 2015, “A Agenda 2030 e os objectivos de desenvolvimento sustentável” (ODS), ambos promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) cujo paradigma de desenvolvimento obedece às dimensões económica, ambiental e social, que impulsiona uma integração entre o crescimento económico, a justiça social e a sustentabilidade ambiental. Esta visão integral do desenvolvimento é um grande passo em frente, resultado de processos participativos globais que destacam a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas e a defesa e satisfação dos direitos sociais básicos. Esta preocupação universal engloba as Instituições do Ensino Superior, das quais faz parte a UCM, que surgiu para equilibrar as desigualdades sociais, formando pessoas que possam ser mais justas, fraternas e pacíficas, transformando a sociedade.

2.4. Definição do Problema

O modus operandi da economia desde a revolução industrial vem degradando o meio ambiente, através da perda do valor do cuidado da natureza, destruindo os recursos naturais, que sustentam a vida humana pela política de descarte, comprometendo o bem-estar socio-ambiental.

O apelo da Igreja faz com que as Instituições de Ensino Superior Católicas não fiquem indiferentes a esta problemática, na busca duma vida sustentável, promovendo assim debates, estudos, acções em prol do cuidado da “casa comum”. É neste âmbito que os currículos das diferentes áreas de aprendizagem devem trazer conteúdos relacionados ao desenvolvimento sustentável, facto que pode contribuir, na formação integral dos alunos com uma visão do cuidado ambiental.

O Desenvolvimento Sustentável, mormente económico, social e ambiental deve estar presente no curso de Licenciatura em Economia e Gestão, da Faculdade de Economia e Gestão, que é leccionado desde 1996. O currículo académico deste curso tem vindo a ser alterado de acordo com as exigências do Ministério de Ciência e Tecnologia e das políticas académicas da própria instituição. O objectivo geral do curso é de formar economistas e gestores com bases sólidas de conhecimento científico e prático, capazes de responder às diferentes dimensões organizacionais, dinâmicas económicas com competências para desempenhar qualquer função de economista e/ou gestor no mercado de trabalho nacional assim como internacional, tendo em conta os progressos tecnológicos e os valores éticos e morais. O curso tem 39 unidades curriculares distribuídas ao longo de 4 anos, totalizando 240 créditos.

Assim tem contribuído na formação de uma boa parte de economistas a nível nacional, por isso a sua eleição para o presente estudo. Daí surgiu a seguinte pergunta central: Até que ponto os conteúdos das disciplinas do curso de Licenciatura de Economia e Gestão vão ao encontro dos critérios de avaliação do desenvolvimento sustentável, seguindo os critérios de avaliação nos Métodos de STAUNCH (The Sustainability Tool for Assessing Universities Curricula Holistically)?

2.5. Objectivo de Estudo

Examinar os conteúdos das disciplinas do curso de Licenciatura em Economia e Gestão da Faculdade de Economia e Gestão, seguindo os Métodos STAUNCH como critério de avaliação do desenvolvimento sustentável, considerando quatro categorias: economia, ambiente, sociedade e temas transversais, na busca do cuidado da casa comum.

3. Desenho e Metodologia

Usou-se como metodologia de pesquisa a análise dos conteúdos do curso com base nos Métodos STAUNCH como critério de avaliação do desenvolvimento sustentável, considerando quatro categorias: economia, ambiente, sociedade e temas transversais, no cuidado da “casa comum”. Aplicou-se para análise de dados o programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS).

Foi preocupação da equipe de pesquisa conhecer os conteúdos das disciplinas do curso de Economia e Gestão de modo a avaliar a contribuição relacionada ao desenvolvimento sustentável. Este deve promover um desenvolvimento humano integral que tenha uma mentalidade de uma economia menos lucrativa e mais social; permitindo apoiar os mais pobres, para que estes também tenham acesso aos recursos básicos. É importante que a comunidade académica tenha “consciência de quais sejam as raízes mais profundas dos desequilíbrios actuais: estes têm a ver com a orientação, os fins, o sentido e o contexto social do crescimento tecnológico e económico” (LS', nº 109).

Os conteúdos das disciplinas do curso de Licenciatura em Economia e Gestão foram analisados com base no Método STAUNCH usando critérios de seleção de conteúdos de acordo com a descrição abaixo apresentada.

Economia: PNB, Produtividade; Uso de recursos, exaustão (materiais, energia, água); Finanças e Desenvolvimento Sustentável; e, Produção, padrões de consumo e Economia de desenvolvimento;

- Ambiente: Política/administração; Produtos e serviços (incluindo transporte); Poluição /acumulação de resíduos tóxicos/efluentes; Biodiversidade; Eficiência de recursos e ecoeficiên-

cia; aquecimento global, emissões, chuva acida, mudanças climáticas e depilação do ozono; Recursos (depilação, conservação) (materiais, energia, água); Desertificação, desflorestamento, uso da terra; depilação de ozono; e, Alternativas;

- Sociedade: Política/administração; Produtos e serviços (incluindo transporte); Poluição /acumulação de resíduos tóxicos/efluentes; Biodiversidade; Eficiência de recursos e eficiência; Aquecimento global, emissões, chuva acida, depilação do ozono; Recursos (depilação, conservação) (materiais, energia, água); Desertificação, desflorestamento, uso da terra; depilação de ozono; e, Alternativas;
- Temas Transversais: Pessoas como parte da natureza/limites para crescimento; Pensamento sistémico /aplicação; Responsabilidade; Boa Governança; Pensamento holístico; Pensamento a longo prazo; Comunicação/relatório; Declarações de Desenvolvimento Sustentável; Disciplina- ridade; e, Ética/Filosofia.

Para cada categoria existem vários critérios de avaliação gradativa com variáveis de 0-3, em que: 0 - significa que o assunto não é mencionado; 1 – mencionado, sem explicação como é abordado; 2 - descrito, mencionado com uma breve descrição, como é abordado e 3 – discutido, com uma explicação compreensiva e extensiva como é abordado.

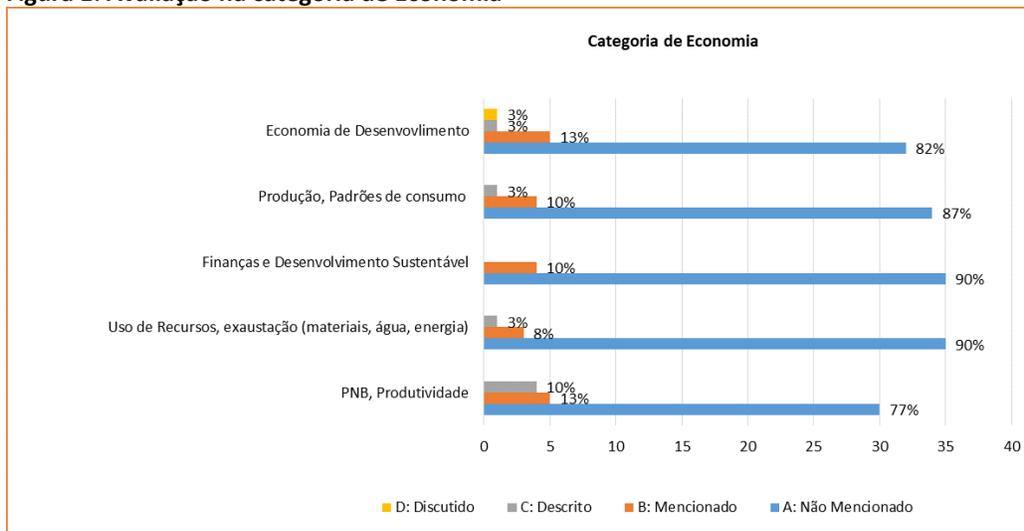
O método foi aplicado a todos os objectivos de aprendizagem e aos conteúdos das disciplinas, exceptuando os Seminários e a Monografia. Os resultados foram analisados de acordo com uma matriz devidamente preenchida, onde constavam os nomes das disciplinas e os critérios de avaliação dos respectivos métodos com suporte ao Programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS).

4. Análise dos Resultados e Discussão

4.1. Avaliação da categoria de Economia no Currículo

Entre os 5 critérios de selecção que compõem a categoria de economia, as que mais se destacam no contributo curricular, são, em ordem crescente: (a) uso de recursos, (b) produção e padrões de consumo, (c) PNB, produtividade, e (d) economia de desenvolvimento. Esses perpassam os critérios de avaliação, ou seja, além de serem mencionados, são objecto de descrição e há uma explicação compreensiva e extensiva como a economia de desenvolvimento é abordada. O gráfico da Figura 1 ilustra os critérios e números de disciplinas nas diferentes escalas (de A a D) com os critérios de avaliação: mencionados, descritos, e discutidos de forma compreensiva em 21 vezes, 7, e 1 vez. Nas disciplinas do curso.

Figura 1: Avaliação na categoria de Economia



Fonte: Autor, 2021

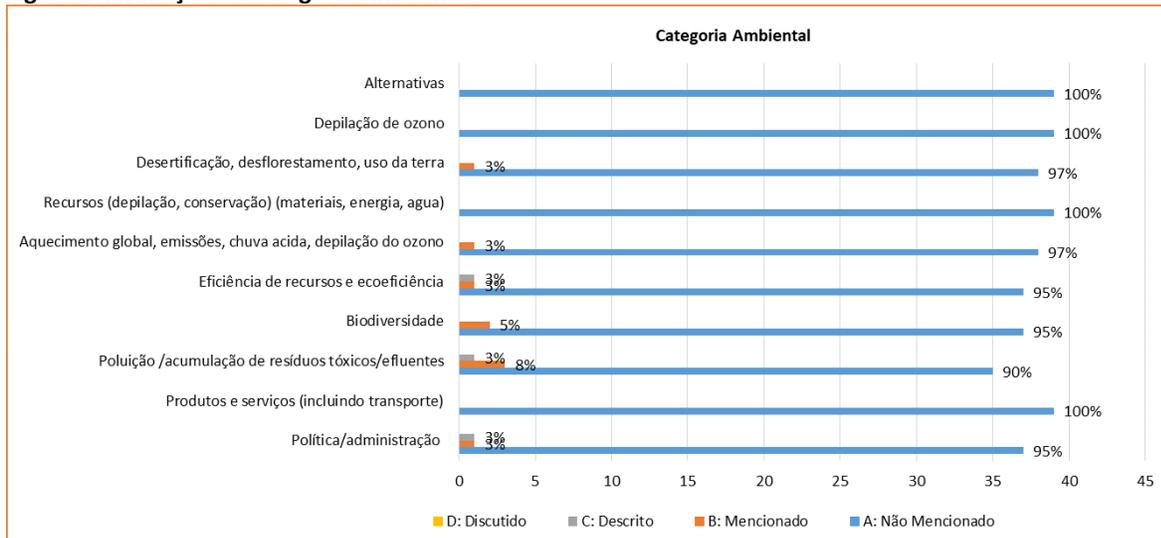
A análise de cada critério mostra que “Economia de desenvolvimento” é mencionada e abordada em cinco disciplinas (13%), descrita em uma disciplina (3%), e discutida de forma compreensiva também em uma disciplina (3%). Este é o único critério que é explicado de forma exaustiva e compreensiva.

O critério “Produção Nacional Bruto” (PNB) e produtividade é abordado em 5 disciplinas (13%) e descrito com explicação em quatro disciplinas (10%). Quanto aos critérios “uso de recursos”, e “produção, padrão de consumo”, são mencionados em 3 (8%) e 4 (10%). O critério “finanças e desenvolvimento” é o menos abordado, e apenas 4 disciplinas mencionam sem nenhuma explicação.

Os dados do gráfico mostram que a produção, padrão de consumo, contribuiu para um consumo e uma produção mais responsável; exaustão no uso de recursos; e financiamento do desenvolvimento sustentável são os critérios menos mencionados e pouco discutidos. Estes critérios são de carácter indispensável no conteúdo curricular para uma economia orientada a uma ecologia integral, uma economia mais humana e com visões ecológicas.

4.2. Avaliação da categoria Ambiente no Currículo

Entre os 10 critérios de selecção que compõem a categoria de ambiente, os que mais se destacam no contributo curricular são em ordem decrescente: (a) poluição; (b) política e administração; (c) eficiência de recursos e eco-eficiência; e (d) biodiversidade. Nos 3 primeiros critérios de destaque, além de serem mencionados, são objecto de descrição, enquanto no último apenas é mencionado. O gráfico da Figura 2, ilustra os critérios e números de disciplinas nas diferentes escalas (de A a D). Os critérios de avaliação são mencionados e descritos em 9 vezes, e 3 vezes nas disciplinas do curso.

Figura 2: Avaliação na categoria Ambiental

Fonte: Autor, 2021

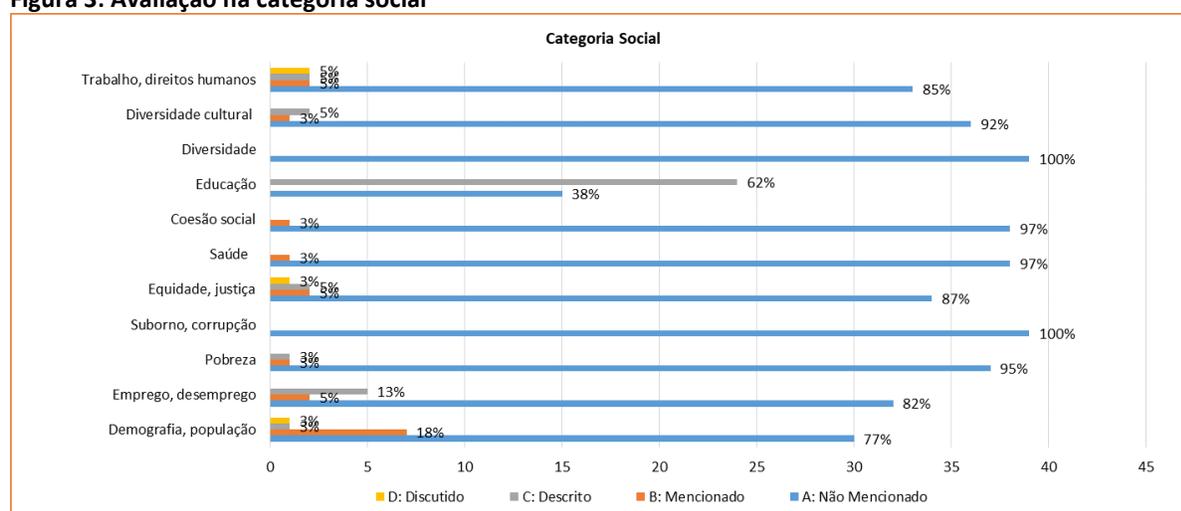
De acordo com a categoria “Ambiente”, analisaram-se os critérios mencionados anteriormente, obtendo-se os seguintes resultados em percentagens: na política/administração e eficiência de recursos e ecoeficiência, sem explicação em apenas uma disciplina 2,6% e descritas com breve explicação também em uma disciplina 2,6%; a nível da poluição /acumulação de resíduos tóxicos/efluentes foi mencionado sem explicação 7,7% e com explicação 2,6%; para a biodiversidade, aquecimento global, emissões, chuva ácida, depilação do ozono e desertificação, desflorestamento, uso da terra foram discutidas, houve uma breve explicação compreensiva como são abordados em 5,1%; e, nos produtos e serviços (incluindo transporte), recursos (depilação, conservação) (materiais, energia, água), depilação de ozono e alternativas - não foram mencionados em 100%.

Tentando perceber melhor esta situação, descobre-se que apenas uma disciplina do curso de Economia (Economia do Ambiente e dos Recursos) aborda os critérios assinalados, com um contributo positivo, pois verificou-se que há explicação, compreensão e discussão dos conteúdos na sala de aula. Isto vai ao encontro da ideia dos autores Pacheco, Kwanishi e Do Nascimento, 2019, quando dizem que é importante permitir as discussões sobre questões ambientais para que ganhem visibilidade e despertem preocupações em várias áreas do conhecimento. Também vai ao encontro da preocupação do MICOA (2009) cuja educação ambiental é um caminho que desperta indivíduos como alunos e a comunidade a tomarem consciência do meio ambiente e agirem em prol do desenvolvimento sustentável.

4.3. Avaliação da categoria Social no Currículo

Os 11 critérios de selecção que compõem a categoria social: demografia, população; emprego, desemprego; pobreza; suborno, corrupção; equidade, justiça; saúde; coesão social; educação; diversidade; Diversidade cultural; e Trabalho, direitos humanos (condições de trabalho) dos quais se destacam no estudo os seguintes: (a) trabalho, direitos humanos, (b) equidade, justiça e (c) demografia, população, que perpassam os critérios de avaliação além de serem mencionados, são objecto de descrição. Isto é, há uma explicação compreensiva e são abordados nas disciplinas do curso 6 vezes, 5 e 9 vezes; para além desta constatação, também tem sido dada uma particular atenção ao emprego e desemprego, tratado em 7 disciplinas, com destaque para as de Macroeconomia.

Figura 3: Avaliação na categoria social



Fonte: Autor, 2021

O critério educação é abordado em 24 disciplinas, o que é entendido como uma oportunidade de aprendizagem que permite aos estudantes adquirirem ferramentas úteis para a sua profissão, mas também desenvolver habilidades de vida, numa visão de formação integral da pessoa. Porém, quatro parâmetros, designadamente os de suborno, corrupção e diversidade, honestidade e transparência não são mencionados no âmbito curricular.

No concernente à diversidade, pode-se deduzir que há uma tendência a enfatizar a monocultura e uma economia única em detrimento da diversificação social, cultural, política e, em particular, económica. Esta diversidade preconiza uma poliedricidade de presenças que, quando bem geridas, oferecem oportunidades de real desenvolvimento humano e social. Há necessidade de diversificar a economia moçambicana, declarada nos documentos, cujas realizações práticas parecem mais difíceis (Mussagy, 2021) e potenciar a diversidade de alternativas de emprego, a fim de criar uma distribuição mais equa da riqueza.

A diversidade cultural é tratada em 3 disciplinas do curso em várias temáticas como: língua, tradições, culinária, religião, costumes e de organização familiar. Temáticas, que devem ser cultivadas, na aposta

de uma economia criativa e de contribuição para o diálogo, a compreensão mutua e o fortalecimento da coesão social. Este critério de selecção é mencionado numa disciplina.

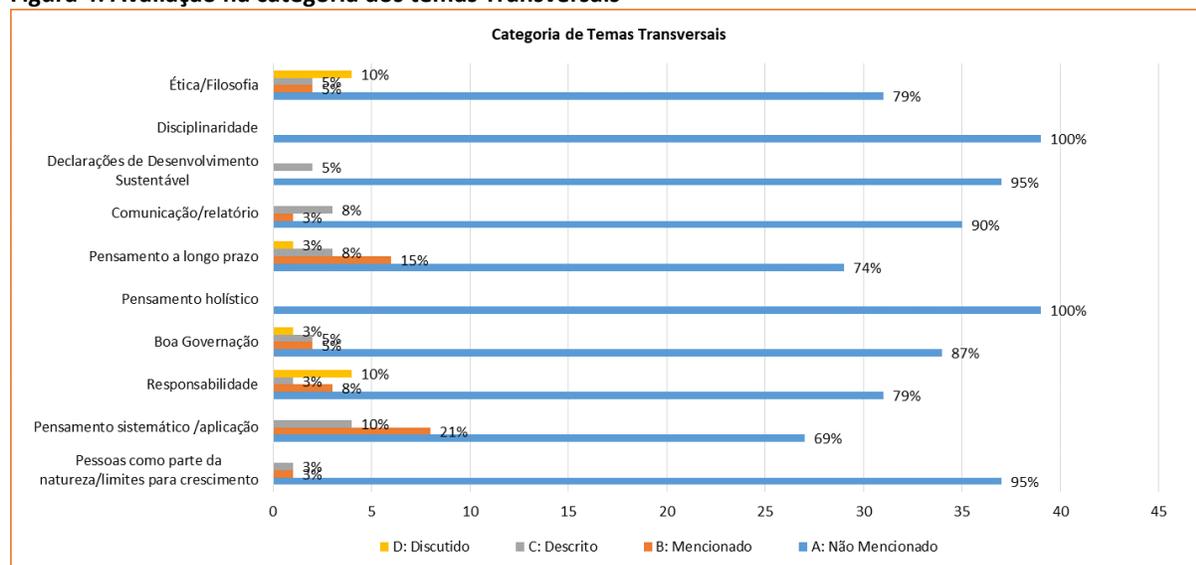
A pobreza é apenas mencionada e abordada em duas disciplinas. Tomando em consideração de que há previsão de aumento do número de pessoas que entram em situação de pobreza, ainda agravado pelo impacto da Covid-19 (Mussagy, 2021), o aumento dos índices de pobreza coloca Moçambique fora da meta de erradicação da pobreza, preconizada nos ODS. Portanto, é urgente aprofundar esta dimensão para que a economia seja mais inclusiva e de oportunidades para todos os cidadãos e não incida no agravamento do indicador de saúde, citado numa disciplina.

De um modo geral, apesar das unidades curriculares tomarem em consideração os critérios de selecção da categoria social - foram identificadas 25 vezes nas disciplinas do curso. E, considerando as percentagens do gráfico há necessidade de fortalecer a dimensão social e todas as vertentes ligadas ao ser humano, a fim de que haja uma maior harmonização entre o desenvolvimento económico, a conservação ambiental e a qualidade de vida das pessoas da geração actual e das futuras gerações, promovendo, assim, uma economia mais humana, fraterna e solidaria.

4.4. Avaliação da categoria Temas transversais no Currículo

Nos 10 critérios de selecção que compõem a categoria de temas transversais, os que mais se destacam, são, em ordem crescente: (a) governança, (b) pensamento a longo prazo (c) ética, e (d) responsabilidade. Estes critérios de avaliação, além de serem mencionados, são objecto de descrição, têm uma explicação compreensiva e são abordados nas disciplinas 23 vezes, 18 e 10 vezes.

Figura 4: Avaliação na categoria dos temas Transversais



Fonte: Autor, 2021

Analisaram-se os critérios de selecção e foram obtidos os seguintes resultados em percentagens:

No critério pessoas como parte da natureza/limites para crescimento, o assunto não é mencionado em 94,9%, foi mencionado sem explicação como é abordado em apenas 2,6% e descrito com breve explicação também 2,6%.

Para o critério de selecção o pensamento sistemático/aplicação observou-se que o critério de avaliação o assunto não é mencionado, tem uma percentagem de 69,2%; o critério de avaliação foi mencionado sem explicação como é abordado, tem uma percentagem de 20,5% e o critério de avaliação descrita com breve explicação tem uma percentagem de apenas 10,3%. No critério de selecção, a responsabilidade, o assunto não é mencionado em 79,5%, foram mencionadas sem explicação como é abordado em 7,7%, descrita com breve explicação em 2,6% e discutida com explicação compreensiva em 10,3%.

No critério de selecção governança, o assunto não é mencionado em 87,2%, foram mencionadas sem explicação como é abordado em 15,4%, descrita com breve explicação também 7,7% e discutida com explicação compreensiva em 2,6%. Para o Pensamento a longo prazo, o assunto não é mencionado em 74,4%, foram mencionadas sem explicação como é abordado em 7,7%, descrita com breve explicação em 2,6% e discutida com explicação compreensiva em 10,3%.

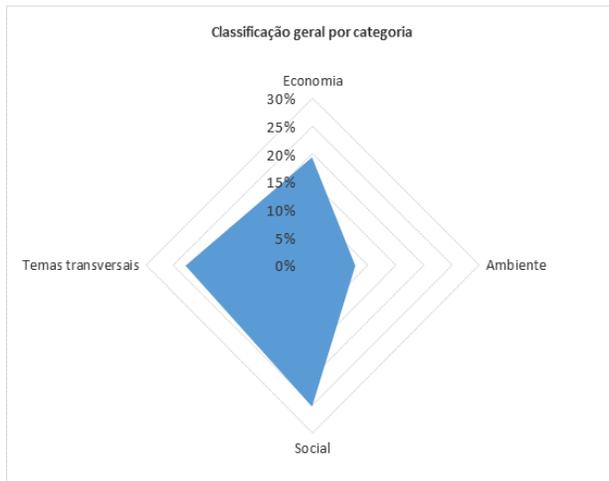
Para o critério de selecção a comunicação (*Reporting*), o assunto não é mencionado em 89,7%, foi mencionada sem explicação como é abordado em 2,6% e descrita com breve explicação em apenas 7,7%. E, na Ética/Filosofia, o assunto não é mencionado em 79,5%, foram mencionadas sem explicação como é abordado em 5,1%, descrita com breve explicação em 5,1% e discutida com explicação compreensiva em 10,3%.

No critério nível da Declaração de Desenvolvimento Sustentável, o assunto não é mencionado em 94,9% e descrita com breve explicação em 5,1%. E, no Pensamento Holístico e Disciplinaridade, os assuntos não foram mencionados em 100%.

De acordo com a grelha curricular do curso de Economia e Gestão, pode-se perceber que as disciplinas que abordam de certo modo com profundidade/de forma descritiva e compreensiva os critérios de selecção são: Fundamentos da Teologia Católica, Fundamentos de Gestão e a Ética.

4.5. Classificação geral das categorias

A soma das médias das escalas dividido pelo número total das disciplinas permitiu deduzir a percentagem geral de cada categoria. A figura 5 mostra essas percentagens. A categoria social teve a melhor classificação 25%, seguida da categoria de temas transversais com 23% e economia com 19%. Contudo, a categoria de ambiente teve a mais baixa classificação 7%.

Figure 5: Avaliação geral das categorias

Fonte: Autor, 2021

A categoria social, temas transversais e economia também tem maior número de abrangência em disciplinas, tais como, 25, 23 e 17 respectivamente. Ao contrário a categoria ambiente apenas abrange 8 disciplinas. Portanto, além de menor abrangência, o grau de abordagem da temática também é fraco, 7%.

5. Conclusões e Recomendações

A avaliação da sustentabilidade no currículo do curso de Economia e Gestão com recurso ao Método STAUNCH, nas categorias de economia, ambiente, social e temas transversais e em função dos critérios usados em cada uma das categorias e os resultados, pode se concluir que os critérios da categoria social, transversais e económicos são os mais considerados. Existindo assim pouca atenção aos critérios ambientais. Contudo, maior parte das disciplinas do curso carece de uma maior atenção em relação aos pilares ambientais, mas também um reforço aos pilares económicos e sociais, considerando-os fundamentais para um desenvolvimento sustentável. Recomenda-se uma consideração dos conteúdos relacionados com o desenvolvimento no processo de revisão curricular continua, de modo a contribuir para uma economia mais humana, garantindo assim um equilíbrio entre os pilares do desenvolvimento sustentável e respeitando a casa comum.

Considerando os desafios actuais e a necessidade de repensar numa economia que tenha em conta a ecologia integral, na revisão curricular seria oportuno considerar de forma mais profunda os seguintes aspectos destacados nas categorias analisadas:

- Economia: Uso de recursos, exaustão (materiais, água, energia, água); finanças e desenvolvimento sustentável; produção e padrões de consumo.
- Ambiente: políticas; produtos e serviços; biodiversidade; eficiência de recursos e eco-eficiência; Aquecimento global; depilação do ozono; recursos (depilação, conservação, materiais, energia, água); desertificação, desflorestamento, uso da terra; alternativas
- Social: pobreza; suborno e corrupção; coesão social; diversidade e diversidade cultural
- Temas transversais: pessoas como parte da natureza/limites para crescimento; pensamento holístico; declarações de desenvolvimento sustentável.

Referências Bibliográficas

Association of University Leader for a Sustainable Future. (1990). The Talloires Declaration - 10 point action plan. Taillones.

Barbosa, I. M. (2020). Profetismo ecoteológico do Papa Francisco diante das feridas socioambientais actuais. Recuperado em: <https://www.espacos.ittesp.com.br/index.php/espacos/article/view/718/604>.

Bíblia Sagrada Africana (2004). Maputo: Paulinas Editoras.

Campello, L. G. B., & Silveira, V. O. da. (2016). Educação Para O Desenvolvimento Sustentável (Eds) E O Greening Das Universidades. Revista Thesis Juris, 5(2), 549–572. Recuperado em: <https://doi.org/10.5585/rtj.v5i2.464>.

Capra, F. (1996). A teia da vida uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Recuperado em: <http://200.18.252.57/services/e-books/Fritjof%20Capra-1.pdf>

Gadotti, M. (1999). A terra é a casa do homem. Revista Educação. São Paulo, Brasil: Segmento).

International Association of Universities. (1991). The Halifax Declaration. Halifax.

Jickling, B., & Wals, A. E. J. (2008). Globalization and environmental education: Looking beyond sustainable development. Journal of Curriculum Studies, 40(1), 1–21. <https://doi.org/10.1080/00220270701684667>

Laudato Si' Sobre o cuidado da casa comum. (2015). Recuperado em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_encyclica-laudato-si.html.

Laudato Si: On the Care of Our Common home, Statement of Leaders in Catholic Higher Education Globally. Disponível online em <https://ignatiansolidarity.net/catholic-higher-ed-encyclical-sign-on/>

Ministério de Coordenação e Acção Ambiental (MICOA) (2009). Estratégia ambiental para o desenvolvimento sustentável de Moçambique. Moçambique.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2015). Agenda Global da Educação 2030. Paris, França.
